

RELATORIA: DSL

TERMO: VOTO À DIRETORIA COLEGIADA

NÚMERO: 060/2017

OBJETO: REVOGAÇÃO DA RESOLUÇÃO ANTT Nº 3.341/2009, QUE CONCEDEU À EMPRESA ARCELORMITTAL MINERAÇÃO SERRA AZUL S/A O REGISTRO DE USUÁRIO DEPENDENTE DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO PRESTADO PELA CONCESSIONÁRIA MRS LOGÍSTICA S/A.

ORIGEM: SUFER

PROCESSO (S): 50510.002161/2009-01

**PROPOSIÇÃO
PF/ANTT:** PARECER Nº 00893/2017/PF-ANTT/PGF/AGU

PROPOSIÇÃO DSL: PELA REVOGAÇÃO DA RESOLUÇÃO ANTT Nº 3.341, DE 2009.

ENCAMINHAMENTO: À VOTAÇÃO – DIRETORIA COLEGIADA

I - DAS PRELIMINARES

Trata-se de proposta de revogação da Resolução ANTT nº 3.341, de 9 de dezembro de 2009, por meio da qual foi concedido à empresa ArcelorMittal Mineração Serra Azul S/A o Registro de Usuário com Elevado Grau de Dependência do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas, prestado pela Concessionária MRS Logística S/A, em face do não atendimento, pela usuária, das regras e prazos para manutenção do Registro estabelecidos na Resolução ANTT nº 4.792, de 22 de julho de 2015, para manutenção do Registro.

II – DOS FATOS E DA ANÁLISE PROCESSUAL

A Diretoria Colegiada desta Agência, fundamentada no Voto DG 039/2009, de 9 de dezembro de 2009 (fls. 84), aprovou a Resolução ANTT nº 3.341/09, de 9 de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União – D.O.U. de 22 de dezembro de 2009 (fl. 86), por meio da qual concedeu à empresa ArcelorMittal Mineração Serra Azul S/A o registro de usuário com elevado grau de dependência do transporte ferroviário de cargas, prestado pela Concessionária MRS Logística S/A.

A figura do “usuário com elevado grau de dependência do serviço público de transporte ferroviário de cargas” foi apresentada por meio da Resolução ANTT nº 350, de 18 de novembro de 2003, que estabelecia que:

Art. 2º Será considerado usuário com elevado grau dependência do serviço público de transporte ferroviário de cargas aquele que:

I - para recebimento ou despacho de produtos ou insumos, não disponha de outro modal que seja técnica e economicamente viável, face a competitividade de seu negócio, depender da disponibilidade do transporte ferroviário; ou

II - realize ou se comprometa a realizar investimentos nas malhas concedidas, em instalações industriais, logísticas, de infra-estrutura ou material rodante para o uso de transporte ferroviário.

Art. 3º Para o registro do usuário com elevado grau de dependência do transporte ferroviário, o interessado deverá encaminhar à ANTT as seguintes informações:

I - quantidade de cada produto ou insumo movimentado pela ferrovia nos 2 (dois) últimos anos;

II - previsão de cada produto ou insumo a ser transportado nos próximos 2 (dois) anos, especificando os respectivos fluxos; e

III - investimento, quando for o caso, realizado ou proposto pelo usuário a realizar nas malhas concedidas, em instalações industriais, logísticas, de infra-estrutura ou material rodante para uso de transporte ferroviário.

(...)

Art. 12. A perda da condição de usuário com elevado grau de dependência do serviço de transporte ferroviário de cargas se dará nas seguintes condições:

I - descumprimento pelo usuário das condições do contrato;

II - solicitação das partes; ou

III - a critério da ANTT, em decorrência de denúncia comprovada, irregularidade cadastral ou de outras ocorrências apuradas pela fiscalização.

Parágrafo único. A perda da condição de usuário com elevado grau de dependência do serviço de transporte ferroviário será publicada no Diário Oficial da União, cabendo desta decisão recurso, pela parte interessada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação.

Esta Resolução foi revogada pela Resolução ANTT nº 3.694, de 14 de julho de 2011, publicada no D.O.U. de 25 de julho de 2011, que aprovou o Regulamento dos Usuários

dos Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas – REDUF, documento por meio do qual foram consolidadas as regras referentes aos direitos do “usuário dependente do transporte rodoviário de cargas”.

Em 27 de julho de 2015, foi publicada no Diário Oficial da União – D.O.U. a Resolução ANTT nº 4.792, de 22 de julho de 2015, que teve como objetivo alterar os arts. 27 e 28, §1º, e incluir os artigos 60-A e 60-B no REDUF. Tais alterações visaram esclarecer os requisitos para obtenção de novos Registros de Usuário Dependente e, ainda, estabelecer a validade, as regras e os prazos para a manutenção dos Registros de Usuário Dependente concedidos durante a vigência da revogada Resolução ANTT nº 350, de 2003.

No que diz respeito às alterações do REDUF, Anexo da Resolução ANTT nº 3.694/2011, cabem destaque as seguintes:

Art. 27. O usuário ou a pessoa jurídica que considere a prestação de serviço de transporte ferroviário indispensável à viabilidade de seu negócio, apresentará à ANTT a declaração de dependência do transporte ferroviário de cargas, especificando o fluxo a ser transportado por um período mínimo de cinco anos, conforme o Anexo I deste Regulamento.

Art. 28. A ANTT, ao receber a declaração de dependência de que trata o art. 27, emitirá, em até trinta dias úteis, ato declaratório com validade de cento e oitenta dias, habilitando o requerente a negociar seu fluxo de transporte desejado junto à concessionária.

§1º A concessionária deverá encaminhar cópia do contrato de transporte à ANTT, em até trinta dias após a sua formalização, nos moldes descritos no art. 23, acrescido de cláusula take or pay, e com vigência suficiente para atender ao fluxo informado no art. 27, respeitado o prazo mínimo de cinco anos.

*§ 2º O prazo de cento e oitenta dias de que trata o caput poderá ser prorrogado por igual período, salvo por inércia do usuário quanto à formalização do contrato de transporte.
(...)*

*Art. 33. O usuário perderá a condição de dependente para o fluxo específico, em caso de descumprimento das obrigações previstas na Seção III deste Capítulo, devidamente apurado por meio de processo administrativo instaurado pela ANTT, garantido o contraditório e a ampla defesa.
(...)*

Art. 60-B Os usuários portadores dos registros citados no art. 60-A deverão negociar junto à concessionária, para atendimento a cada fluxo registrado, contrato de transporte que atenda aos requisitos estabelecidos no art. 28, §1º, nos seguintes termos:

I - Nos casos em que inexistir contrato de transporte ou em que exista contrato de transporte vigente para atendimento ao fluxo registrado, celebrado após 25 de julho de 2011 e que não esteja aderente ao disposto no art. 28, §1º, os usuários deverão apresentar à ANTT o contrato de transporte de que trata o caput, no prazo de até cento e

oitenta dias, a contar da data de publicação da presente norma, prorrogável uma vez, por igual período, mediante requerimento.

II - Nos casos em que exista contrato de transporte vigente para atendimento ao fluxo registrado, celebrado antes de 25 de julho de 2011 e que não esteja aderente ao disposto no art. 28, §1º, os usuários deverão apresentar à ANTT o contrato de que trata o caput até a data de encerramento do contrato de transporte existente.

§1º Na hipótese do inciso II, caso a data de encerramento do contrato de transporte existente implique em prazo inferior a trezentos e sessenta dias, a contar da data de publicação da presente norma, aplicar-se-ão as seguintes condições:

I - Caso os contratos se encerrem antes de cento e oitenta dias deverão ser observadas as disposições previstas no inciso I do caput deste artigo para apresentação do contrato de transporte; e

II - Caso os contratos se encerrem entre cento e oitenta e um dias e trezentos e sessenta dias, fica mantido a última data como prazo máximo para envio do contrato de que trata o caput.

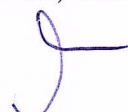
Verifica-se, assim, que a obrigação de apresentação do contrato de transporte se constitui requisito para manutenção dos registros, para seu cumprimento foi estipulado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação da Resolução ANTT nº 4.792, de 2015, prorrogável uma vez mediante requerimento do usuário.

A Gerência de Regulação e Outorgas Ferroviárias – GEROF, vinculada à Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas – SUFER, por meio do Ofício nº 343/2015/COSEF/GEROF/SUFER, de 3 de agosto de 2015 (fls. 93/95), informou à ArcelorMittal Mineração Serra Azul S/A acerca da publicação da Resolução ANTT nº 4.792, de 2015, bem como suas regras e prazos a serem observados para a manutenção do Registro de Usuário Dependente concedido por meio da Resolução ANTT nº 3.341, de 2009.

Em 19 de agosto de 2015, foi encaminhada à ANTT a Carta S/N, pela qual a ArcelorMittal Mineração Serra Azul S/A solicitou o prazo de 180 (cento e oitenta) dias com vistas à negociação de contrato, em vista do cenário econômico restritivo à assinatura de contrato de longo prazo.

Ato contínuo, foi expedido o Ofício nº 033/2016/COSEF/GEROF/SUFER, de 18 de janeiro de 2016 (fls. 97/97v.), informando a ArcelorMittal Mineração Serra Azul S/A sobre a iminência do vencimento do prazo para apresentação do suficiente contrato de transporte, estipulado no art. 60-B, inciso I, do REDUF; bem como sobre a possibilidade de sua prorrogação.

Novamente, aos 25 de janeiro de 2016, a ArcelorMittal Mineração Serra Azul S/A solicitou prorrogação de prazo pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, nos termos da Carta S/N de fls. 99.





Em 09 de novembro de 2016, foi expedido o Ofício nº 263/2016/COSEF/GEROF/SUFER, comunicando a ArcelorMittal Mineração Serra Azul S/A sobre a publicação da Resolução ANTT nº 5.189, de 21 de setembro de 2016, que prorrogou por 180 dias o prazo para a apresentação do contrato de transporte adequado ao REDUF (fls. 101/101v.).

Destaca-se que, aos 27 de março de 2017, encerrou-se o prazo instituído pela Resolução ANTT nº 4.792, de 2015; e prorrogado pela Resolução ANTT nº 5.189, de 2016, para a apresentação dos contratos de transporte adequados ao REDUF, com vistas à manutenção dos Registros de Usuário Dependente concedidos com fulcro na Resolução ANTT nº 350, de 2003.

Ato contínuo, a GEROF/SUFER, mediante a Nota Técnica nº 042/2017/COSEF/GEROF/SUFER/ANTT, de 25 de abril de 2017 (fls. 103/104), se manifestou nos seguintes termos:

“III – ANÁLISE

13. *Verifica-se que a ArcelorMittal Mineração Serra Azul S/A não apresentou à ANTT, até o fim do prazo estipulado, o suficiente contrato de transporte ou pedido de arbitramento das questões não resolvidas para sua formalização, em prejuízo do disposto no art. 60-B, inciso I, do REDUF. Assim, deve-se aplicar a perda do Registro de Usuário Dependente concedido por meio da Resolução ANTT nº 3.341/2009, conforme disposto no § 4º desse artigo:*

‘Art. 60-B Os usuários portadores dos registros citados no art. 60-A deverão negociar junto à Concessionária, para atendimento a cada fluxo registrado, contrato de transporte que atenda aos requisitos estabelecidos no art. 28, §1º, nos seguintes termos:

(...)

§4º A não apresentação do contrato no prazo de que tratam os incisos I e II do caput e o §1º, quando for o caso, ressalvado o disposto no §3º, implicará a perda automática do registro de usuário dependente.’

IV – PROPOSIÇÃO

14. *Por todo o exposto, em consonância com o que dispõe o art. 60-B, § 4º, do REDUF, sugerimos à SUFER encaminhar À Diretoria Colegiada o presente processo, para fins de revogação da Resolução ANTT nº 3.341/2009, em vista do não atendimento, pela ArcelorMittal Mineração Serra Azul S/A, das regras e prazos estipulados no REDUF para manutenção do Registro de Usuário Dependente concedido por meio dessa Resolução.” (sic – grifos do original)*

Instada a se manifestar, a Procuradoria Federal Junto à ANTT – PF/ANTT analisou os aspectos jurídicos atinentes ao caso ora em tela, concluindo ser “cabível a revogação do registro de usuário dependente do transporte ferroviário de cargas, cf. minuta de fl. 107, nos termos do art. 60-B, § 4º, do Regulamento dos Usuários dos Serviços de Transporte Ferroviário

de Cargas – REDUF”, nos termos do Parecer nº 00893/2017/PF-ANTT/PGF/AGU (fls. 109/112v.), *in verbis*:

“14. A empresa UDTFC, devidamente intimada (como relatado acima) a apresentar o contrato que se adeque às novas regras, não o fez nem requisitou o arbitramento de interesses à ANTT no prazo previsto. Ora, é de se inferir que a declaração de usuário dependente, por todo o exposto, caracteriza bônus (ou proteção) concedido à empresa requerente, na medida em que se lhe asseguram garantias como o atendimento – pela concessionária – da demanda especificada em seu fluxo, que não poderá ser interrompido ou reduzido unilateralmente pela concessionária (salvo anuência prévia desta Agência). Tal instituto decorre dos princípios gerais previstos na Lei n. 10.233/2001, como o respeito da proteção dos interesses dos usuários quanto à qualidade e oferta de serviços de transportes; o pagamento pelos custos dos serviços prestados em regime de eficiência; liberdade de escolha dos meios de transporte mais adequados às suas necessidades (incisos III, IV e VIII do art. 11). Daí porque a Lei n. 10.233/2001 atribui à ANTT o poder de harmonizar, preservado o interesse público, os objetivos dos usuários e das empresas concessionárias; regular e coordenar a atuação dos concessionários, assegurando neutralidade com relação aos interesses dos usuários; e arbitrar as questões não resolvidas pelas partes (alínea “b” do art. 20 e inciso V do art. 25).

15. Entretanto, a manutenção desse bônus dependerá do ônus, imposto ao UDTFC, de comprovar os requisitos para o deferimento e manutenção do registro. Destarte, o descumprimento leva fatalmente à consequência do art. 60-B, §4º, c/c 34: a perda automática do registro de usuário dependente, e impedimento de solicitar novo registro para o mesmo fluxo pelo período de um ano contado da decisão final administrativa. (...)

21. Portanto, é de se notar que o procedimento está devidamente embasado nas normas de regência, e que foi seguido o rito aplicável.

III – CONCLUSÃO

19. Diante do acima exposto, bem como da descrição e documentação dos fatos constantes dos autos, entendo cabível a revogação do registro de usuário dependente do transporte ferroviário de cargas, cf. minuta de fl. 107, nos termos do art. 60-B, caput, inc. I, e §4º, do Regulamento dos Usuários de Transporte Ferroviário de Cargas – REDUF. ”

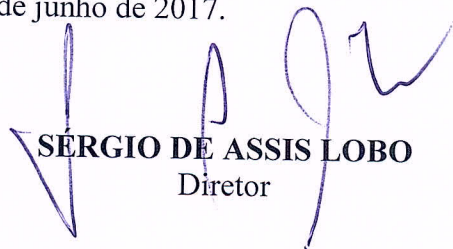
Assim, pelo o que consta nos autos e, considerando os termos das manifestações técnicas e jurídicas, esta DSL entende pela revogação da Resolução ANTT nº 3.341, de 9 de dezembro de 2009, que concedeu à ArcelorMittal Mineração Serra Azul S/A o Registro de Usuário com Elevado Grau de Dependência do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas, prestado pela Concessionária MRS Logística S/A.



III – DA PROPOSIÇÃO FINAL

Desta forma, acolhendo integralmente os encaminhamentos propostos pelas áreas técnicas e jurídicas, proponho ao colegiado que delibere por revogar a Resolução ANTT nº 3.341, de 9 de dezembro de 2009, que concedeu à ArcelorMittal Mineração Serra Azul S/A o Registro de Usuário com Elevado Grau de Dependência do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas, prestado pela Concessionária MRS Logística S/A.

Brasília/DF, 1^o de junho de 2017.

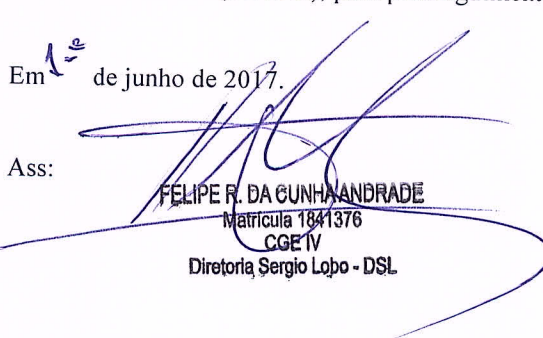


SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor

À Secretaria-Geral (SEGER), para prosseguimento.

Em 1^o de junho de 2017.

Ass:



FELIPE R. DA CUNHA ANDRADE
Matrícula 1841376
CGE IV
Diretoria Sérgio Lobo - DSL